

Minuta da Ata da 45ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, de 12/08/2008, 3ª feira, 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

Membros Participantes:

1. José Domingos Gonzalez Miguez – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Adriano Santhiago de Oliveira – Ministério do Meio Ambiente
3. André Odenbreit Carvalho – Ministério das Relações Exteriores
4. Marcel Stenner – Ministério da Fazenda

Outros Participantes:

1. Branca Americano – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Bruna Craveiro de Sá e Mendonça – Ministério do Meio Ambiente
3. Gustavo Mozzer - Ministério da Ciência e Tecnologia
4. Mariana Egler – Ministério do Meio Ambiente
5. João Tedeschi – Ministério de Minas e Energia
6. Henryette Patrice Cruz – Ministério de Minas e Energia
7. Demétrio Toledo – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
8. Gustavo Luedemann – Ministério da Ciência e Tecnologia
9. Bruno Kerlakian Sabbag – Ministério da Ciência e Tecnologia
10. Samira Sana Fernandes de Sousa – Ministério de Minas e Energia
11. Luis Eduardo Tinoco – Ministério do Meio Ambiente
12. Frederique Roque e Abre – Ministério de Minas e Energia

O Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, deu início aos trabalhos da Comissão dando boas vindas aos representantes dos Ministérios.

1. Aprovação da Ata da 44ª reunião ordinária da Comissão Interministerial.

A Dr. Miguez questionou aos demais membros se haveria retificações ou complementações a serem feitas na Ata da 44ª reunião ordinária da Comissão Interministerial.

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira, representante do Ministério do Meio Ambiente, apontou uma correção na página 4 em uma de suas falas acerca da dificuldade de licenciamento das atividades de suinocultura.

Não havendo mais sugestões, a Ata da 44ª reunião extraordinária foi aprovada conforme as modificações apresentadas.

2. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.

Projetos cujos proponentes **não** apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC há mais de 60 dias

- 110 – Projeto de Cogeração com Bagaço Goiasa (PCBG) (ofício enviado em 13/05/2008)
- 204 – Conexão à rede do sistema isolado de Porto Murtinho – MS (ofício enviado em 09/05/2008)
- 179 – Projeto de Energia Eólica Icarai (ofício enviado em 15/10/2007; proponente manifestou, em 25/06/08, interesse na continuidade do projeto)

O Dr. Miguez informou que os projetos nº 110, 204 e 179 não encaminharam resposta aos ofícios da CIMGC no prazo de 60 dias. Informou que o Sr. Bruno Kerlakian Sabbag da assessoria jurídica da CIMGC preparou uma análise acerca do caso específico do projeto nº 110 “Projeto de Cogeração com Bagaço Goiasa (PCBG)” e convidou-o para apresentá-la.

O Sr. Bruno Sabbag apresentou a nota técnica nº 35/2008-CIMGC/MCT que trata especificamente de um requerimento encaminhado à Secretaria Executiva da CIMGC pelos proponentes do projeto nº 110 “Projeto de Cogeração com Bagaço Goiasa (PCBG)” solicitando cópia da documentação oficial que subsidiou o envio do Ofício nº MDL 342/2008/CIMGC.

A nota técnica concluiu que o projeto em questão estava em desconformidade com o artigo 8º, parágrafo 2º da Resolução nº 3 desde outubro de 2006, uma vez que não houve resposta ao Ofício nº MDL 150/2006/CIMGC encaminhado em 22 de agosto de 2006. Essa nota sugeriu que a CIMGC avalie a possibilidade de considerar o projeto em questão como não submetido.

O Secretário Executivo concordou com o posicionamento apontado pela assessoria jurídica e sugeriu que o projeto fosse considerado como não submetido.

A Dra. Samira Sana F de Sousa, representante do Ministério de Minas e Energia, destacou que o Dr. Haroldo de Oliveira Machado Filho, assessor jurídico especial da CIMGC, havia informado durante a 44ª reunião da CIMGC que a decisão de considerar como não submetidos os projetos em descumprimento com o artigo 8º, parágrafo 2º da Resolução nº 3, caso adotada, deveria estender-se a todos os projetos que se encontram em situações semelhantes.

O Sr. Bruno informou que a assessoria jurídica da CIMGC está terminando a formatação de uma proposta que trata especificamente dos procedimentos a serem adotados para considerar projetos em descumprimento com o artigo 8º, parágrafo 2º da Resolução nº 3, como não submetidos. Destacou que o texto não havia sido finalizado porem compromete-se a distribuir uma minuta aos membros da CIMGC.

Em síntese, a proposta apresentada pela assessoria jurídica orienta que, decorrido o prazo de 60 dias previsto no parágrafo segundo dos artigos 7º e 8º da Resolução nº 3 da CIMGC, a Secretaria Executiva da CIMGC deve enviar novo Ofício aos proponentes de projeto ressaltando que estão em descumprimento dos prazos estabelecidos nas resoluções da CIMGC e indagando se há real interesse em manter a atividade de projeto como submetida, ou seja, se as inconsistências serão efetivamente sanadas.

Não havendo nenhuma resposta no prazo adicional de 60 dias do recebimento deste segundo Ofício pelo proponente de projeto, a CIMGC tomará a decisão de considerar a atividade de projeto como não submetida, nos termos da Resolução nº 3 da CIMGC. Nesta hipótese, a atividade de projeto poderá ser submetida novamente, a qualquer tempo, pelos proponentes de projeto, iniciando um novo procedimento administrativo perante a CIMGC e sua Secretaria Executiva.

Havendo resposta no prazo de 60 dias, a CIMGC deverá tomar a decisão de (i) manter a atividade de projeto como submetida, caso entenda que a resposta foi satisfatória e que os proponentes da atividade de projeto irão sanar as inconsistências, hipótese na qual poderá ser enviado novo Ofício aos proponentes requerendo esclarecimentos e medidas adicionais, em prazo adicional de 60 dias, sob pena de a atividade de projeto ser considerada como não submetida ou (ii) considerar a atividade de projeto como não submetida, caso entenda que a resposta não foi satisfatória.

O Dr. Miguez ressaltou que a proposta apresentada pela assessoria jurídica preserva o direito do proponente de projeto considerado não submetido de reapresentá-lo à CIMGC a qualquer tempo.

A Dra. Branca Americano, representando o Ministério da Ciência e Tecnologia, ponderou que a proposta apresentada pela assessoria jurídica deveria explicitar que ações seriam consideradas satisfatórias, já que essas ações podem abranger desde o total cumprimento das exigências, passando pelo cumprimento parcial das exigências até a simples manifestação da intenção de continuar com a atividade de projeto.

O Dr. Miguez pediu à assessoria jurídica que elaborasse um documento contemplando os aspectos acordados a fim de que possa ser discutida durante a 46ª reunião da CIMGC. Acerca do projeto nº 110, indagou aos membros se todos estavam de acordo em considerá-lo como não submetido.

Não havendo objeções, a CIMGC deliberou por considerar o projeto nº 110 “Projeto de Cogeração com Bagaço Goiasa (PCBG)”; como **não submetido**. Os demais projetos que estão em descumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo segundo dos artigos 7º e 8º da Resolução nº 3 da CIMGC serão analisados caso a caso na próxima reunião da CIMGC, oportunidade na qual a Secretaria-Executiva da CIMGC fará uma exposição sobre a resposta e o *status* de cada um destes projetos com a finalidade de subsidiar as decisões da CIMGC.

Projetos em **revisão** cujos proponentes **não** apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC

- 211 – Projeto de Pequena Central Hidrelétrica de Angelina (ofício enviado em 20/06/2008)

O Secretário Executivo informou que o projeto nº 211 ainda não se posicionou após o recebimento de ofícios da CIMGC, porém ainda estava dentro do prazo de 60 dias. Deste modo, determinou que a secretaria executiva passasse a encaminhar, para todos os projetos que descumprirem o prazo de 60 dias, um segundo ofício na forma da proposta apresentada pela assessoria jurídica.

O Dr. Adriano destacou que a Resolução 03 da CIMGC já esclarece que o proponente dos projetos tem 60 dias para responder às exigências, sob pena de o projeto ser considerado como não submetido. Assim, indagou se de fato seria necessário editar uma nova resolução para alterar este procedimento.

O Dr. Bruno concordou que a Resolução 03 da CIMGC basta para aplicar o procedimento de considerar projetos como não submetidos e ressaltou que a intenção da assessoria jurídica visa a esclarecer os procedimentos adotados. Assim, sugeriu que uma alteração no manual de submissão de projetos bastaria para esclarecer os procedimentos.

O Secretário Executivo ressaltou que não existe uma determinação no regimento interno da CIMGC que obrigue a publicação das atas das reuniões. Ressaltou que este é um assunto que poderia vir a ser discutido internamente já que a Comissão vem sendo pressionada por desenvolvedores de projeto para dar publicidade às suas atas. Entretanto, destacou que a publicação das atas poderia gerar sinalizações ao mercado, prejudiciais a alguns desenvolvedores de projetos, uma vez que os questionamentos específicos para cada projeto tornar-se-iam públicos.

Informou que além do requerimento apresentado pelo proponente do projeto nº 110 “Projeto de Cogeração com Bagaço Goiasa (PCBG)” para acesso às atas da reunião, outro caso semelhante já ocorreu durante a gestão do Ministro Ronaldo Sardenberg, ocasião na qual um extrato da ata foi enviado ao proponente do projeto.

Acerca da questão levantada pela assessoria jurídica para projetos que não responderam aos ofícios da CIMGC em 60 dias, a CIMGC entendeu que deve ser elaborado um documento a fim de esclarecer os procedimentos para considerar projetos como não submetidos, com vistas a subsidiar as decisões da CIMGC sobre este ponto.

Projetos em **revisão** cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios em
conformidade com a Resolução 05 da CIMGC

➤ 201 – Projeto Pequena Central Hidroelétrica Faxinal II (resposta em 01/08/08)

O Dra. Branca Americano informou que o principal questionamento acerca do projeto 201 “Projeto Pequena Central Hidroelétrica Faxinal II” envolve o fato de estar localizado em um sistema atualmente desconectado da rede e de existir a previsão de, durante seu período de operação, passar a estar conectado à rede nacional. Alguns questionamentos técnicos acerca da aplicação da metodologia foram feitos e o proponente do projeto em geral apresentou respostas superficiais.

A Dra. Branca sugere que a CIMGC peça tanto ao proponente do projeto quanto à Entidade Operacional Designada que esclareçam os procedimentos que serão adotados antes e depois da interligação do sistema à rede, inclusive os processos de monitoramento em ambas as situações. Esclarece que caso estas questões não sejam tratadas com cuidado existe um sério risco de que questionamentos venham a ser feitos durante o processo de registro no Conselho Executivo do MDL.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto Pequena Central Hidroelétrica Faxinal II, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Explicitar de forma detalhada no DCP/PDD quais as modificações que ocorrerão na atividade de projeto devido à possível interligação do sistema isolado do projeto Faxinal II com o sistema interligado nacional (SIN). As explicações devem cobrir aspectos relativos à fronteira da atividade de projeto, fatores de emissão e monitoramento. Caso não haja modificações, isso deve ser colocado de forma explícita no DCP/PDD.
2. Esclarecer sobre a alteração da data de início da atividade de projeto, já que a data da Resolução N. 637 da ANEEL é anterior ao Despacho N. 838 da mesma agência, e compatibilizar, nesse ponto, o DCP com o PDD.
3. Corrigir os valores da redução de emissões anuais médias no item B.6.3, para compatibilizá-los com os novos valores da Tabela 6.
4. Explicitar, detalhadamente, a relação entre a PCH Faxinal II e a UHE Dardanelos;
5. Rever o cálculo de emissões totais e mensais do período de créditos, pois os mesmos não conferem com o apresentado na tabela (DCP/PDD).

O Dr. Miguez pediu ao Dr. Gustavo Barbosa Mozzer que esclarecesse os procedimentos que foram estabelecidos durante a 41ª reunião do Conselho Executivo para demonstração e consideração do MDL e da data de início dos projetos.

O Dr. Gustavo Mozzer informou que o Anexo 46 da ata da 41ª reunião do Conselho Executivo esclareceu procedimentos específicos para demonstração e consideração do MDL para os projetos que requereram registro antes e após o dia 08 de agosto de 2008.

Para o grupo de projetos considerados novos, aqueles que iniciaram o processo de consulta a atores regionais no site da UNFCCC ou tenha dado início ao processo de discussão de uma nova metodologia após o dia 02 de agosto de 2008, os proponentes de projetos devem comunicar sua real intenção de desenvolvê-los à UNFCCC e/ou à Autoridade Nacional Designada - AND no prazo de seis meses.

Adicionalmente, os proponentes de projetos devem, a cada dois anos, encaminhar novas comunicações à UNFCCC e/ou à AND caso não tenham publicado o projeto para comentários no site da UNFCCC ou dado início a um processo de discussão de uma nova metodologia.

O Sr. Gustavo Mozzer ressaltou que a decisão estabelece que o modo como a comunicação dos proponentes de projeto será feita deverá ser estabelecida pelas ANDs, localmente, de modo complementar à UNFCCC.

O Sr. Gustavo Mozzer informou que para os projetos considerados antigos o Anexo 46 da ata da 41ª reunião do Conselho Executivo estabeleceu que os proponentes devem documentar que a empresa considerou seriamente a decisão de implementar o MDL e vem adotando ações ao longo do tempo visando o desenvolvimento da atividade de projeto.

O Secretário Executivo informou também que durante a 41ª primeira reunião do Conselho Executivo foi discutido e adotado um esclarecimento sobre a data de início das atividades de projeto, disponível no glossário do MDL, no site da UNFCCC.

➤ 212 – Perdigão - Produção Sustentável de Suínos 01 - Captura e combustão de metano (resposta em 31/07/08)

A Dra. Branca informou que o projeto respondeu praticamente todos os questionamentos encaminhados pela CIMGC, restando apenas pequenas questões que não impedem a aprovação do projeto.

A Dra. Samira (MME) ressaltou que apesar do projeto ser de pequena escala ele faz referência a uma metodologia de grande escala que está desatualizada. Assim, questionou se isto poderia ser considerado como um possível problema para o registro do projeto.

A opinião do Secretário Executivo foi de que esta questão possivelmente levantaria questionamento junto ao Conselho Executivo. Sugeriu que o projeto fosse aprovado com ressalva e esta questão informada ao proponente do projeto.

A Comissão deliberou pela **aprovação** do projeto Perdigão - Produção Sustentável de Suínos 01 - Captura e combustão de metano, condicionada ao atendimento das seguintes **ressalvas**:

1. Corrigir o DCP, que está em desacordo com o PDD, para uniformizar a informação referente à duração do primeiro período de obtenção de créditos, tendo em vista que no DCP, págs. 31 e 32, menciona-se que o primeiro período de obtenção de créditos será de 7 anos, enquanto que no item C.2.2.2 indica-se que a duração do período fixo é de 10 anos.
2. Atualizar, caso seja necessário, a versão da metodologia ACM0002.

Projetos submetidos na última reunião:

➤ 214 – Projeto de Troca de Combustível da INPA

A Dra. Branca informou que se trata de um projeto que envolve a troca de combustível fóssil por biomassa em uma unidade de produção de vapor. Destacou que algumas questões importantes devem ser corrigidas, dentre as quais seria necessário apresentar uma argumentação melhor fundamentada das barreiras relacionadas à atividade do projeto. Sendo assim, sugere que o projeto fique em revisão.

O Dr. Adriano (MMA) destacou ter encontrado inconsistências nas informações referentes aos fornecedores de biomassa, falta de critério para seleção dos fornecedores e especificação de que tipo de resíduo será utilizado no projeto.

O Dr. Adriano sugeriu a aplicação da Instrução Normativa nº IBAMA 112/2006 que trata de critérios para definição de resíduos renováveis.

Acerca do processo de licenciamento ambiental, o Dr. Adriano destacou que a licença ambiental apresentada refere-se ao uso de combustível fóssil; entretanto, ressaltou que foi encaminhado ao órgão ambiental uma comunicação requerendo a alteração do combustível. Assim, entende que a legislação ambiental foi satisfatoriamente atendida.

O Dr. Adriano sugeriu que o projeto permaneça em revisão até que esclareça os questionamentos referentes à origem da biomassa.

A Dra. Samira informou que o proponente do projeto não apresentou as coordenadas geográficas do projeto.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto Pequena Central Hidroelétrica Faxinal II, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar as coordenadas de localização do projeto.
2. Esclarecer como a dificuldade de fornecimento de briquetes no Brasil será contornada.
3. Apresentar declaração com o compromisso de que somente serão usados na atividade de projeto briquetes de resíduos de madeira, ou seus substitutos indicados no Item A.4.2 do DCP, de fornecedores que possuam licença ambiental de operação válida ou correlato e que, no caso específico de eventual uso de madeira ou carvão vegetal, também atestem sua origem renovável.
4. Revisar o DCP e Relatório de Validação contemplando as correções solicitadas.

Novos projetos:

- 215 – Projeto Amazon Carbon de Tratamento de Dejetos de Suínos 02
- 216 – Projeto de Energia Renovável da AB Brasil
- 217 – Projeto JBS S/A - Tratamento Aeróbio de Efluente de Abatedouro - Unidade de Vilhena

O Secretário Executivo destacou que o projeto de Tratamento de Efluentes de Abatedouro nº 217 Projeto JBS S/A- Unidade de Vilhena é o primeiro do mundo que utiliza tecnologia de tratamento de efluentes de abatedouros e deverá ser replicado para todos os abatedouros da JBS no Brasil.

A Dra. Branca informou que o Ministério da Ciência e Tecnologia conseguiu adiantar a análise do projeto nº 215 – Projeto Amazon Carbon de Tratamento de Dejetos de Suínos 02. Indagou aos demais Ministérios se haveria a possibilidade de proceder com a análise do referido projeto.

Não havendo objeção, a Dra. Branca prosseguiu com a análise do projeto.

➤ 215 – Projeto Amazon Carbon de Tratamento de Dejetos de Suínos 02

A Dra. Branca informou que se trata de um projeto de pequena escala de tratamento de dejetos de suínos. O único ponto levantado diz respeito a problemas no envio de correspondência para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município de Rio Verde em Goiás que não pôde ser entregue pelos Correios, o mesmo tendo ocorrido na Secretaria de Meio Ambiente no Município de Santo Ângelo no Rio Grande do Sul.

Destacou, ainda, que o proponente de projeto preocupou-se em documentar detalhadamente o trâmite das correspondências pelos Correios, entretanto, ressaltou que outros projetos MDL já foram desenvolvidos nesses municípios e nunca houve dificuldade no recebimento de correspondências por parte das secretarias. Assim, questionou à CIMGC se não seria prudente requerer maiores esclarecimentos do proponente do projeto.

A Dra. Branca ressaltou que, segundo determinação das resoluções da CIMGC, o contato prévio com os atores regionais é necessário para garantir o direito a manifestação de todos. Entretanto, no caso específico do projeto 215 poderia ser possível requerer que o proponente de projeto entre em contato com ambas as secretarias e peça declarações positivas de ambas a fim de evitar que o projeto tenha que iniciar um novo período de validação.

O Secretário Executivo avaliou que a CIMGC não têm competência para requerer do proponente de projeto que encaminhe declarações positivas. Portanto, sugeriu que fosse dado um prazo de 30 dias para que os atores regionais possam encaminhar seus posicionamentos e, caso o façam, o proponente de projeto deverá proceder uma nova validação do projeto, caso contrário a CIMGC aceitará o processo de validação já apresentado.

O Dr. Adriano destacou que não consta do Relatório de Validação qualquer menção a problemas no encaminhamento das cartas convite aos atores regionais.

A Comissão deliberou pela **aprovação** do Projeto Amazon Carbon de Tratamento de Dejetos de Suínos 02, condicionada ao atendimento das seguintes **ressalvas**:

1. Corrigir o cabeçalho do Documento de Concepção do Projeto (DCP), providenciando a devida tradução para o português; e
2. Enviar convite de comentário, de acordo com a Resolução nº 1 da Comissão Interministerial, à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Rio Verde (GO) e ao Departamento Municipal de Meio Ambiente de Santo Ângelo (RS), informando sobre a atividade de projeto ora proposta. Destaca-se que eventuais comentários recebidos por estes dois órgãos deverão ser devidamente incorporados no Relatório de Validação. Caso não seja possível a entrega do convite de comentário por meio dos serviços dos Correios, mediante aviso de recebimento, os mesmos poderão ser protocolados pessoalmente junto a estes órgãos, devendo ser entregue cópia do comprovante de recebimento a esta Secretaria Executiva.

Novos projetos apresentados:

O Dr. Miguez informou que dois projetos foram apresentados e deverão ser analisados durante a próxima reunião da Comissão.

- 216 – Projeto de Energia Renovável da AB Brasil
- 217 – Projeto JBS S/A - Tratamento Aeróbio de Efluente de Abatedouro - Unidade de Vilhena

Destacou, ainda, que o número de novos projetos submetidos à CIMGC têm diminuído em função de dificuldades das EODs de atenderem a demanda mundial, especialmente na China e na Índia, mercados que têm crescido fortemente. Ressaltou a importância de incentivar o desenvolvimento de Entidades Operacionais Designadas no Brasil a fim de evitar a atual dependência de empresas estrangeiras. Informou que o MCT promoverá, em outubro, juntamente com o fórum de EODs, um evento que visa a estimular o desenvolvimento de empresas regionais para atuarem no setor de validação e verificação de projetos MDL.

3. Outros Assuntos

- Apresentação pela Secretaria Executiva de minuta de resposta ao pedido de esclarecimento dos proponentes do projeto “Projeto de Cogeração com Bagaço Vale do Rosário (PCBVR)” quanto aos documentos necessários para emissão de nova Carta de Aprovação, devido à mudança de razão social de um proponente nacional, quando da renovação do período de créditos.

O Sr. Bruno informou ter preparado a Nota Técnica nº 34 que trata especificamente do “Projeto de Cogeração com Bagaço Vale do Rosário (PCBVR)”. Em sua explanação, o Sr. Bruno informa que a empresa Companhia Açucareira Vale do Rosário teve sua razão social alterada, não havendo, entretanto, alteração na personalidade jurídica da empresa. Conclui que a CIMGC deve emitir uma nova Carta de Aprovação com o nome atualizado do participante do projeto, contendo uma nota de rodapé esclarecendo que se trata de substituição de Cartas de Aprovação. A CIMGC concordou com este posicionamento e tomou a decisão de emitir uma nova Carta de Aprovação a este projeto.

- Apreciação dos casos em que a atividade de projeto passa por novo período de validação, antes de sua aprovação pela CIMGC, em relação ao aspecto do envio de cartas de convite a comentários.

A Dra. Branca informou que, em alguns casos, é necessário o início de um novo período de validação no site do Conselho Executivo do MDL; entretanto, não há disposições claras nas resoluções da CIMGC se há necessidade, nestes casos específicos, de se exigir uma nova consulta aos atores regionais. Assim, questionou à CIMGC sua opinião.

O Dr. Adriano ponderou que, caso o motivo que tenha suscitado a necessidade de um novo período de validação no Conselho Executivo seja uma simples alteração de versão de metodologia, entende que não seria necessário exigir do proponente do projeto um novo processo de consulta aos atores regionais. Entretanto, caso haja alterações significativas no projeto, entende que seria prudente requerer um novo processo de consulta em âmbito regional.

A Dra. Branca concordou com a posição apresentada pelo MMA.

O Secretário Executivo entende que a CIMGC deveria adotar como regra a não exigência de nova consulta aos atores regionais; entretanto, em casos específicos, uma nova consulta poderia ser exigida.

O Secretário Executivo informou que este foi o último item da agenda da 45ª reunião e gostaria apenas de informar à CIMGC que a Secretaria Executiva recebeu a visita de uma delegação de Botsuana composta por 6 delegados de vários Ministérios que tinham como objetivo conhecer os procedimentos adotados pela AND brasileira no processo de aprovação dos projeto MDL.

Destacou ainda que a Secretaria Executiva tem recebido vários pedidos de cooperação de nações Africanas, especialmente aquelas de língua portuguesa. Informou que, atualmente, há pedidos de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Dr. Miguez agradeceu a presença de todos os representantes dos Ministérios e encerrou a reunião.